

AMBIENTE

Criticada nova regra para exploração florestal

ONG condena Ibama e defende necessidade de Rima e de EIA para áreas superiores a 2 mil hectares

EDSON LUIZ

BRASÍLIA – A organização não-governamental Amigos da Terra acusou o governo de ter alterado as normas sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (Rima) com o objetivo de facilitar a licitação da floresta do Tapajós, que não teria licenciamento ambiental para exploração. Pelo decreto do governo, baixado no fim de setembro, o EIA e o Rima ficam suspensos para as áreas superiores a 2 mil hectares, desde que haja planos de manejo florestal. Segundo o secretário-executivo da organização, Roberto Smeraldi, a alteração foi feita poucos dias antes da publicação do edital.

Segundo Smeraldi, a principal irregularidade encontrada na primeira licitação da floresta – feita em setembro de 1997, mas suspensa pouco tempo depois pela Justiça Federal – foi a falta de licenciamento ambiental, que incluiria o EIA e o Rima. “Por meio de um decreto, o go-

verno resolveu o problema”, ironiza Smeraldi. Segundo a Amigos da Terra, a mudança nas normas permite uma “licitação ilegal”.

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins, afirma que tudo foi feito dentro da lei. “Há planos de manejo e exploração florestal”, diz Martins, ressaltando que o próprio Ibama fez os estudos de impacto ambiental.

Isenção – Pelo decreto do governo, as áreas com mais de 2 mil hectares ficam isentas de apresentação do EIA e do Rima quando existir plano de manejo.

“Procuramos fortalecer os planos de manejo do que sobrepor vários outros estudos com o mesmo objetivo”, afirma Martins. Para a organização Amigos da Terra, porém, o decreto foi feito para que o governo não encontre dificuldades para concretizar a concessão da primeira floresta nacional à iniciativa privada.

“Esse senhor (Smeraldi) acaba cumprindo a orientação interna-

cional para transformar a Amazônia em um espaço intocável”, rebate o presidente do Ibama. “A política do governo tem como meta a integralidade e o desenvolvimento, além do compromisso com 20 milhões de pessoas que vivem na região”, acrescenta Martins. Ele confirmou que o edital de licitação para a exploração da floresta do Tapajós, com 3.222 hectares, será divulgado nos próximos dias.

Segundo uma nota da organização, o presidente do Ibama também teria solicitado ao secretariado do Banco Mundial (Bird) que impedisse o acesso de Smeraldi em uma reunião do Bird e o Fundo Monetá-

rio Internacional (FMI), que começou ontem em Washington (EUA). O convite teria partido do próprio representante brasileiro no Bird, Murilo Portugal. Segundo a Amigos da Terra, a decisão seria uma reação às denúncias feitas pela entidade contra o Ibama. “Não tenho poder para impedir que uma pessoa vá a uma reunião como essa”, afirmou Martins.

PRESIDENTE
DO INSTITUTO
DEFENDE
MUDANÇA

Class.	6/10/98	Pg.	4-23
Fonte	CEA		
SOCIOAMBIENTAL			
Documentação			